

**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL
E AGRICULTURA FAMILIAR – CEDRAF**

ATA DA 101ª REUNIÃO DO CEDRAF REALIZADA EM 03/05/2023

Agenda da Reunião:

ITEM	HORA	ASSUNTO	RESPONSÁVEL
1	8.30	Credenciamento	Miriam Fuckner – Secretária Executiva
2	9.00	Abertura e Aprovação da pauta	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
3	9.10	Aprovação da Ata da 100ª Reunião	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
4	9.20	Referendo à Proposta de Convênio com o Governo Federal	Marcio da Silva – DEAGRO/SEAB
5	9.50	Apresentação da Câmara Técnica de ATER – Elaboração do Plano Estadual de ATER	Hur Ben Correa da Silva – Coordenador da Câmara de ATER
6	10.20	Plano de introdução progressiva da alimentação escolar orgânica – Ações prioritárias 2023	Marcia Stolarski – DESAN/SEAB
7	11.00	Legislação de sementes e mudas orgânicas – portaria 404/22, IN 52 – Planejamento estadual	Luiz Carlos Hartmann – Câmara de Agroecologia
8	11.30	Informes do Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do CEDRAF	Secretário da Agricultura e Abastecimento Norberto Ortigara
9	12.00	Assuntos Gerais	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara
10	12.30	Encerramento	Presidente do CEDRAF e Secretário da Agricultura Norberto Ortigara

Aos três dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, realizou-se a Centésima Primeira reunião do CEDRAF, nas dependências do IDR-Paraná, em Curitiba. **Item 1. Credenciamento:** Estiveram presentes dezessete conselheiros, sendo sete Conselheiros representantes do poder público e dez Conselheiros da sociedade civil. **Conselheiros da Sociedade Civil:** Thaila Cristina Lopes Vieira – CEAGRO; Aline Pasda – UNICAFES; Marli Brambilla – CCA; Luiz Carlos Hartmann – Câmara de Agroecologia e Agricultura Orgânica; Caren Nanci dos Santos – SEBRAE; Josenilda Ferreira – Representação da Juventude Rural; Bernardo Vergopolen – FETRAF, Luiz Levi Tomacheski – CRESOL, Anelise Vicentini Kuss – REDE ECOVIDA, Salatiel Turra – OCEPAR. **Conselheiros do Poder Público:** Michele Cristina Ribeiro – SEDEF; Rogério Barbosa Macedo – SETI; Norberto Anacleto Ortigara – SEAB, Sônia Maria dos Santos – SEPL, Alexandre Augusto Ramos de Faria – Escritório MDA, Nilton Bezerra Guedes – INCRA, Thamisis Camila Piaskowski – CONAB. **Justificativas:** Associação dos Municípios, IDR-Paraná, Representação das Mulheres Rurais, SICRED e EMBRAPA justificaram a ausência. **Convidados:** Breno Campos – SEAB, Richardson de Souza – SEAB, Marcos Gonçalves – Câmara de Meliponicultura; Claudine Dinali Seixas – Conselheira suplente da Câmara de Agroecologia e Agricultura Orgânica, Leila Aubriff Klenk – MDA; Márcia Cristina Stolarski – DESAN/SEAB; André Luiz Alves Miguel – IDR-Paraná; Renato Viana Gonçalves – IDR-Paraná, Marcelo Passos – AOPA, Larissa Martins – Prefeitura de Agudos do Sul, Raphaella Negrello – Associação Plan. Rural, Marcio da Silva – DEAGRO/SEAB, Fábio Corrales – TECPAR. **Item 2. Abertura e aprovação da pauta:** O Presidente do CEDRAF Norberto Ortigara fez a abertura da reunião e apresentou a pauta, a qual foi aprovada. Informou que teria de se ausentar, deixando o Diretor-Geral da SEAB, Richardson de Souza indicado para presidir a reunião. **Item 3 – Aprovação da ATA da 100ª Reunião** que foi enviada anteriormente por meio eletrônico foi aprovada sem alterações. **Item 4 – Referendo à Proposta de Convênio com o Governo Federal:** Marcio da Silva, Chefe do DEAGRO/SEAB, apresentou para referendo do conselho, a Emenda Parlamentar Individual nº 28740013/2023, que tem por objetivo contribuir para viabilizar as condições necessárias de infraestrutura para a realização do 5º International Fish Congress & Fish Expo Brasil 2023, a realizar-se em Foz do Iguaçu. O evento será presencial e transmitido pelas mídias sociais, envolvendo diretamente entre sete e oito mil pessoas entre aquicultores, pescadores, armadores de

36 pesca, empresários da indústria de processamento e de empresas fornecedoras, profissionais do
37 setor, dirigentes públicos e privados, estudantes, produtores rurais que buscam investir no setor. Os
38 recursos previstos na emenda parlamentar serão usados na contratação de serviços de montagem de
39 palco, sonorização para os auditórios do evento e multimídia, tradução simultânea e os respectivos
40 equipamentos necessários que farão o suporte necessário. Marcio apresentou o valor da emenda,
41 destacando o que será repassado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e a contrapartida da
42 SEAB. Outra proposta de emenda parlamentar apresentada é a de nº 40110005/2023, através do
43 programa de Estruturação e Inclusão Produtiva dos Agricultores Familiares e dos Pequenos e Médios
44 Produtores Rurais, do Ministério de Agricultura e Pecuária – MAPA. O objetivo é a contratação de
45 serviços e aquisição de insumos agrícolas para implantação de unidades demonstrativas de produção
46 agroecológica, tendo como beneficiário final a Cooperativa Terra Livre localizada no Assentamento
47 Contestado na Lapa, com a finalidade de promover ações que contribuam com foco no fomento à
48 produção de grãos orgânicos nas áreas de reforma agrária do Paraná. O público envolvido na
49 proposta são os associados da Cooperativa Terra Livre, que conta com cento e vinte (120)
50 associados no assentamento além dos demais associados da agricultura familiar nos municípios do
51 entorno da Lapa, região central e litoral do estado do Paraná. Marcio apresentou os itens e
52 respectivas quantidades e valores da proposta, destacando o repasse a ser realizado pelo Ministério
53 e a contrapartida da SEAB. Após encerrar a apresentação das duas propostas, solicita o referendo do
54 CEDRAF para a celebração destes convênios. **Luiz Carlos Hartmann**, observa que a proposta é
55 direcionada para aquisição de insumos, mas que há uma demanda forte de tecnologias e
56 equipamentos para esta atividade, sendo que existem iniciativas voltadas a este aspecto, sugerindo
57 que sejam utilizadas nas unidades pedagógicas para serem testadas e divulgadas. **Leila Aubriff**
58 **Klenk**, informa que nos últimos anos, no Assentamento Contestado foi investido em agroindústria, em
59 produção de mudas e compra de equipamentos, sendo que o principal desafio é que o solo não é
60 produtivo e este investimento proposto é importante para a produção de grãos orgânicos, que vão
61 compor um sistema de produção, onde as famílias já tem hortaliças e fruticultura orgânica. **Marcio**
62 complementa ainda, que o recurso disponível é somente para custeio. Ambas as propostas
63 apresentadas foram aprovadas pelo plenário do CEDRAF. **Item 5 – Apresentação da Câmara**
64 **Técnica de ATER – Elaboração do Plano Estadual de ATER**, **Hur Ben Correa da Silva**,
65 Coordenador da Câmara de ATER faz uma retrospectiva histórica sobre o marco legal nacional e
66 estadual, destacando que a construção da ATER é um processo antigo e realizado com a participação
67 dos diferentes setores envolvidos. Discorre sobre as responsabilidades da SEAB, do IDR-Paraná e do
68 CEDRAF que estão previstas na Lei Estadual de ATER nº 17.447 27/12/2012 e sobre a Política
69 Estadual de ATER definida pela Resolução da SEAB, nº 064/2021. Destaca que o PROATER-PR é o
70 principal instrumento de implementação da PEATER-PR e tem por objetivos a organização e a
71 execução dos serviços de Ater para o público prioritário, sob a gestão social do CEDRAF, a
72 coordenação técnica do IDR-Paraná e a gestão política da SEAB, isto tudo definido pela lei.
73 Apresenta os objetivos geral e específicos e o cronograma para elaboração do programa estadual.
74 Relata que a Câmara se reuniu em março deste ano para retomar a construção do programa, ocasião
75 em que foram trabalhados três aspectos: as expectativas que a Câmara tem em relação ao
76 PROATER, tipo de arranjos institucionais e estratégicos e os passos para avançar nesta construção.
77 A segunda reunião, motivada pela ADEOP e CEASOL, para discutir o edital da chamada pública da
78 ANATER dirigida às mulheres rurais, visando analisar de que forma este edital pode se somar à
79 discussão que a Câmara está fazendo. A terceira reunião para começar a construir o PROATER,
80 iniciando o mapeamento da ATER no estado, em função do que ele representa em termos de
81 produção agropecuária, de públicos existentes, necessidades e demandas e onde a ATER está
82 presente, o que continuará a ser aprofundado. Ao mesmo tempo começarão a ser estruturados os
83 primeiros programas, sendo priorizados os temas agroecologia, cooperativismo, crédito rural e
84 fundiário, tendo como públicos prioritários juventude e mulheres rurais. Para cada tema, serão
85 mobilizadas as entidades que em conjunto com o IDR-Paraná, irão construir o programa estadual. O
86 propósito é discutir as experiências e programas que cada instituição já executa, organizar as ações e
87 incluir no PROATER. Alguns programas já estarão estruturados, é necessário organizar a informação
88 de quem está fazendo o que, com quem, onde, possibilitando a gestão do programa, e quando
89 houver a disponibilidade de algum recurso, seja federal, estadual ou municipal, será possível
90 identificar o que é estratégico para o estado. Quando o Paraná tiver o seu programa elaborado, terá
91 voz na política e na ATER, podendo estabelecer um nível de negociação com quem vai financiar.
92 **Bernardo Vergopolen** ressalta que seria uma contradição para o estado que construiu a política do
93 PNAE, se não priorizasse a agroecologia como tema para o PROATER. Para outros sistemas de
94 produção já tem ATER de sobra, mas para a agroecologia ainda é deficiente, incluindo a pesquisa, a
95 valorização das sementes crioulas. Em relação ao crédito rural e fundiário é de grande importância,

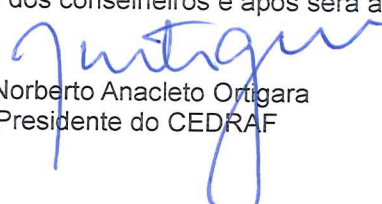
96 pois a regularização fundiária é necessária inclusive para financiar no banco e acessar outras
97 políticas públicas. Destaca que ainda está na invisibilidade aquela assistência técnica, que em sua
98 opinião também é científica, e é feita de agricultor para agricultor, sendo que não tem políticas
99 públicas que viabilizem essa prática. Questiona se o modelo de extensão e assistência técnica que
100 prevalece vai contribuir para a permanência das mulheres e da juventude. **Luiz Carlos Hartmann**
101 relata que a Câmara de Agroecologia já está estruturando uma atividade para começar a discussão
102 para construção do programa, com a possibilidade de organizarem um seminário para aprofundar o
103 debate visando a construção de uma proposta que de fato interfira nas unidades produtivas de forma
104 a provocar evolução e melhoria na qualidade de vida dos agricultores. Questiona sobre a
105 possibilidade de inserir a ANATER no debate estadual neste momento de planejamento, tentando
106 evitar que ocorram chamadas públicas que desconsiderem esta construção. **Nilton Bezerra Guedes**
107 ressalta que o INCRA volta a se reposicionar na questão do desenvolvimento rural e regularização
108 dos assentamentos. Lembra que até dois mil e quinze havia um número significativo de técnicos e
109 entidades prestando ATER nos assentamentos, se destacando o trabalho de transição agroecológica.
110 Ressalta que as organizações como a CCA, FETRAF e MST continuaram atuando e para o futuro há
111 que se considerar este acúmulo, assim como os quadros das estatais precisa ser ampliado e
112 fortalecido. Informa que a agroecologia é a agricultura que deverá ser implantada nos próximos
113 assentamentos. **Leila Klenk** destaca que o MDA está retornando com a finalidade de dar visibilidade
114 à agricultura familiar do Paraná, não apenas por suas carências mas por suas potencialidades, pela
115 pujança de quem produz muito para o país, e se coloca à disposição para contribuir tanto com a visão
116 técnica, mas também com a missão política que assume agora. **Josenilda Ferreira** destaca que a
117 juventude é muito comentada mas ainda está desassistida sem incentivos para permanecer no
118 campo produzindo alimentos. A própria educação faz com que o jovem saia do campo para estudar e
119 conheça oportunidades diferentes para permanecer no rural. Por isso é importante discutir uma ATER
120 e demais políticas públicas dirigidas a juventude. Ressalta o papel das organizações no debate e no
121 incentivo à sucessão familiar. Cita as dificuldades que os jovens enfrentam para acessar
122 determinadas políticas públicas, indicando como exemplo o PRONAF Jovem. **Luiz Levi Tomacheski**
123 relata que a CRESOI desenvolveu um programa de ATER para o público ligado a entidade,
124 construindo uma metodologia em que não somente os recursos são disponibilizados pela cooperativa.
125 Em avaliação realizada a partir do marco inicial, é possível verificar a evolução das famílias que
126 recebem acompanhamento técnico. Atualmente existe um grande número de agricultores que
127 desejam entrar no programa e se coloca à disposição para contribuir na elaboração do PROATER.
128 **Rogério Barbosa Macedo**, que além de representar a SETI também representa o Programa Paraná
129 Mais Orgânico, discorre sobre sua visita aos quilombos do município de Curiúva, enfatizando a
130 importância e necessidade de mapear a diversidade no Paraná. Ressalta que foi a própria
131 comunidade, representada totalmente por mulheres, que demandou a visita expressando o desejo
132 transformar a sua produção para o sistema orgânico. Situa como apropriada a demanda do Bernardo,
133 sobre a ATER do camponês ao camponês, além das parcerias com as universidades e Fundação
134 Araucária entre outras, para lançamento de editais que permitam trabalhar estas questões do saber
135 popular e da agricultura familiar paranaense. Se coloca a disposição para contribuir no projeto de
136 agroecologia, enfatizando a necessidade de voltar a mobilizar os recursos existentes. **Hur Ben**
137 convida as instituições que ainda não fazem parte para solicitarem ingresso na Câmara de ATER e/ou
138 participarem na elaboração dos programas. **Richardson** destaca a importância da criação do IDR-
139 Paraná, o que possibilitou a junção da pesquisa com a extensão rural, assim como a presença da
140 academia. Informou que a SEAB assumiu a responsabilidade de trabalhar a regularização fundiária, o
141 que está sendo estruturada uma política para retomar e avançar com mais celeridade neste aspecto.
142 Com relação ao Banco do Agricultor Paranaense pretendem incluir e fortalecer a juventude, as
143 mulheres, a agricultura orgânica. **Item 6 – Plano de introdução progressiva da alimentação**
144 **escolar orgânica – Ações prioritárias 2023** representando o Departamento de Segurança Alimentar
145 e Nutricional da SEAB, **Márcia Stolarski** faz uma contextualização sobre o Programa de Alimentação
146 Escolar – PNAE, citando o marco legal e discorrendo sobre o crescimento do programa durante os
147 onze anos de funcionamento. Informa que a quantidade de produtos entregue nas escolas cresceu
148 trinta e quatro vezes no período e o número de produtores operando teve um acréscimo de sessenta
149 e seis por cento, contudo isto ainda não é suficiente para atender a demanda da alimentação escolar.
150 Citou que o valor repassado pelo governo federal para alimentação escolar se encontra bastante
151 defasado, que há restrição da Procuradoria-Geral do Estado para a utilização de recurso estadual na
152 complementação deste valor e que a FUNDEPAR usa cem por cento da verba federal para
153 aquisições da agricultura familiar. Ressalta que o Programa Compra Direta atende trezentos e cinco
154 mil pessoas mas que a população do estado em extrema pobreza ultrapassa mais de um milhão,
155 sendo que há necessidade de fazer ajustes para ampliar o atendimento com o recurso que tem

156 disponível. Apresenta o cenário atual do número de propriedades orgânicas existentes no estado,
157 quantas são assistidas pela ATER e quantas estão vinculadas a uma cooperativa. Destaca que o
158 acréscimo na demanda para atender as necessidades de alimentação escolar de hoje, exige mais do
159 que o dobro de produtores orgânicos existentes. Discorre sobre os desafios do programa citando a
160 necessidade de ampliação de recursos para compra dos alimentos, para ATER, para o programa de
161 análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos – PARA, aumento do número de produtores e a
162 diversificação de produtos, melhorar a distribuição espacial dos produtores, cuja concentração está
163 na Região Metropolitana, enquanto há necessidade em outras regiões, especialmente no centro do
164 estado. Aponta também a necessidade de ampliar a pesquisa, a ATER e a certificação de
165 produtores, alterações na legislação permitindo o pagamento diferenciado para produtores que estão
166 em transição. Outro aspecto importante diz respeito à comunicação, de forma a divulgar melhor o
167 programa alcançando todos os envolvidos, como produtores, professores, diretores de escola,
168 merendeiras, alunos, entre outros. Entre as principais estratégias, estão presentes a sensibilização do
169 FNDE para reajuste anual do valor per capita, valor diferenciado para orgânicos; tratativa com a
170 Procuradoria-Geral do Estado para autorização no uso de recurso estadual nas chamadas públicas;
171 legislação para pagamento diferenciado para alimentos em transição; fortalecimento das Compras
172 Públicas; ampliar o programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos - PARA, o
173 Programa Estadual de Certificação e auditoria da produção de alimentos orgânicos, a pesquisa e a
174 ATER específica no processo de reconversão do sistema. Outras ações foram apresentadas como o
175 georreferenciamento das propriedades de orgânicos; fomento à produção de arroz, feijão e frutas;
176 realização de oficinas regionais para levantamento das demandas; melhorar a distribuição de
177 produtores orgânicos no Estado; propor a viabilização de um Cooperativa orgânico, visando contribuir
178 com a infraestrutura das organizações; atualizar o Plano, estabelecendo metas anuais para ATER,
179 capacitação, certificação, controle de qualidade e aquisição. Márcia também informou os resultados
180 da Política Estadual Compra Direta, o qual adquire alimentos orgânicos para atender a rede
181 socioassistencial do estado, sendo que sessenta por cento dos beneficiários são atendidos através
182 dos CRAS nos municípios. Divulga que será iniciada uma nova chamada nos próximos meses com
183 alguns aperfeiçoamentos como ampliação do número de beneficiários; melhoria do controle no
184 recebimento; romaneio eletrônico; redução da quantidade de itens não prioritários; limite maior por
185 cooperado para arroz; priorização para orgânicos e compromisso socioambiental e de governança
186 das organizações. **Anelise** pergunta se já tem alguma orientação para certificar o produtor em
187 transição pois a Rede Ecovida não tem esta modalidade e há interesse que seus associados também
188 possam se beneficiar. **Márcia** responde que estão trabalhando na legislação, com a possibilidade de
189 um acréscimo de dez por cento na alimentação em transição, e que ainda está sendo estudado se a
190 ATER poderia fazer a certificação. **André Miguel** relembra que no decreto que regulamenta a
191 alimentação escolar orgânica está previsto a revisão do plano a cada três anos e comenta a
192 coincidência com a realização das conferências de segurança alimentar e nutricional, enfatizando que
193 será neste fórum que serão referendadas estas alterações. Comenta sobre o diagnóstico que está em
194 andamento com as organizações da agricultura familiar, na tentativa de delinear um horizonte até dois
195 mil e trinta, identificando os alimentos que as organizações gostariam ou poderiam entregar, para a
196 partir disso dimensionar o esforço de ATER que será necessário para apoiá-las. Outros aspectos
197 serão apontados no diagnóstico, sendo um deles as oportunidades de mercado, para além dos
198 programas institucionais, entre outras questões. **Marli Brambilla** comenta que participou de algumas
199 reuniões com as organizações na realização do diagnóstico e comenta que se destacaram as
200 questões relacionadas à ATER, ao crédito e comercialização. Relata que a produção das
201 cooperativas de assentados da reforma agrária conseguem comercializar como orgânicos o que vai
202 para o mercado institucional, o restante é comercializado como convencional. Entre as cooperativas
203 da sua região, as que manifestaram interesse em produzir orgânico estão em assentamento, as
204 outras não tem interesse. Apontou as dificuldades que enfrentam nos bancos quando acessam o
205 Pronaf, sobre a exigência de penhor, questionando sobre a possibilidade de aval do governo. Citou o
206 custo alto que é fazer a transição, uma vez que no convencional a produtividade é alta e quando vai
207 para a transição ela reduz em aproximadamente cinquenta por cento. Então é necessário um
208 incentivo para os produtores fazerem a mudança de matriz tecnológica, não é possível depender
209 apenas da convicção política do agricultor. Sugere a construção de uma política ou programa para
210 fomentar a produção de arroz e de feijão orgânicos, pois se observa a motivação do agricultor para
211 substituir as áreas de feijão com plantio de soja. Ressalta a problemática da deriva de agrotóxicos,
212 que da forma como está penaliza o agricultor que decide plantar orgânico, pois a legislação determina
213 que ele deve construir barreiras para evitar a contaminação. **Luiz Carlos** destaca a necessidade de
214 ATER para dar conta da proposta de ampliar a produção orgânica. Aponta que se não superar o
215 entrave sobre o uso de recurso estadual em chamadas públicas, não vai ter cem por cento de

216 produtos orgânicos da agricultura familiar, porque as cooperativas não entram em pregão eletrônico,
217 porque este modelo é para o mercado. Destaca a necessidade de movimentar municípios e regiões
218 para o comprometimento com recursos e legislação que contribuirão na proposta. **Bernardo** relata
219 que o PRONAF, como está hoje, não atende mais as demandas dos agricultores e propõe que em
220 vez de ser linhas de crédito, fosse destinado um recurso para fomento para as famílias e para as
221 organizações, que pudesse ser devolvido em forma de alimento produzido, pois devido à legislação
222 vigente muitas famílias não conseguem acessar o crédito. Menciona que as organizações também
223 tem o compromisso de fomentar, entre seus associados, a mudança de matriz tecnológica voltando-
224 se mais para a produção de alimentos, como arroz e o feijão. Destaca que é necessário lembrar que
225 a motivação da reforma agrária é a produção de alimentos para atender a demanda nacional e
226 mundial. **Rogério** ressalta que a necessidade não é só aumentar número de agricultores orgânicos,
227 mas que estes devem ser certificados. Reforça a importância de trabalhar sempre com as três
228 possibilidades legais de certificação existentes, pois elas atendem a diversidade do Paraná. Informa
229 que o Programa Paraná Mais Orgânico será renovado pelo período de dois anos, e que estão sendo
230 criados mais dois núcleos de certificação do programa, sendo um em Umuarama, na UEM e outro em
231 Francisco Beltrão na UNIOESTE. **Nilton** apresenta a diferenciação existente a regularização fundiária
232 e a atualização cadastral. Sobre a titulação definitiva, ressalta que será retomado o critério de
233 consolidação do assentamento. Será realizada a atualização cadastral e que será adotada a
234 modalidade com contrato de concessão real de uso, que tem força de escritura pública em detrimento
235 da titulação de domínio patrimonial, pois isto levaria a uma reconcentração fundiária e
236 desestruturação da organização do assentamento. Sobre a juventude rural nos assentamentos, diz
237 que inexistente cadastro e que há necessidade de inserir e dar visibilidade na estatística, pois ela é real,
238 mas o INCRA tem cadastro somente do titular e isto deverá ser corrigido. **Item 7 – Legislação de**
239 **sementes e mudas orgânicas – portaria 404/22, IN 52 – Planejamento estadual: Luiz Carlos**
240 **Hartmann** coordenador da Câmara de Agroecologia, discorre sobre a normativa do MAPA que
241 determina o prazo de até março de dois mil e vinte e sete, para que as mudas de hortaliças obtidas a
242 partir de sementes, sejam produzidas na sua totalidade em sistemas orgânicos de produção
243 certificados. Aponta que há necessidade de elaborar um planejamento de trabalho para disponibilizar
244 sementes e mudas de qualidade para os agricultores orgânicos. Relata que foi realizado um encontro
245 de produtores de mudas onde ficou evidenciado que a questão de qualidade das mudas não está
246 resolvida nem para produção convencional e no caso de orgânicos há uma demanda maior. A
247 responsabilidade sobre a produção de mudas e sementes não pode ser repassada somente para os
248 agricultores, pois envolve diferentes setores e o MAPA já foi demandado, em nível nacional para
249 constituir um grupo de trabalho para elaborar um plano de trabalho para criar as condições de atender
250 a normativa. Luiz repassou a palavra para o **Marcelo Passos**, da Rede Ecovida, que atua na Casa da
251 Semente da Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia - AOPA, em Mandirituba e já vem
252 trabalhando neste desafio, construindo algumas estratégias e proposições de enfrentamento à
253 situação. **Marcelo** destaca a necessidade de construir uma rede de apoio para as guardiãs e
254 guardiões de sementes, sejam eles pequenos ou mais estruturados. Existem sementes crioulas que
255 são muito boas, mas muitas já perderam o vigor, por isso se faz necessário um trabalho de
256 melhoramento participativo. Relata que há dificuldade de acesso aos bancos dos órgãos de pesquisa,
257 e que além das sementes crioulas podem acessar sementes que são de domínio público, que são
258 ótimas variedades que se adaptariam muito bem ao cultivo orgânico ou agroecológico. Relata
259 entraves burocráticos com os órgãos ambientais, para a coleta de sementes de frutíferas e
260 medicinais, além de outros desafios, ressaltando que as questões que envolvem esta temática estão
261 muito pulverizadas, sugerindo que fosse criada uma política de estado para promover a produção de
262 sementes e mudas agroecológicas. **André Miguel** comenta que o IDR-Paraná tem algumas
263 iniciativas incipientes com a instalação de viveiros de mudas junto a AOPA e a Rede Ecovida mas
264 houve poucos avanços, tendo em vista que o Ministério não construiu nenhuma política de apoio,
265 deixando toda a responsabilidade para os agricultores. Avalia que neste momento não há condições
266 para adotar as medidas da Portaria, mesmo tendo de utilizar somente vinte por cento de mudas
267 orgânicas este ano, e já é sabido que não será possível entregar os quarenta por cento previstos para
268 dois mil e vinte e quatro, e neste cenário deverá diminuir o número de agricultores orgânicos. Estão
269 fazendo contatos para ampliar o prazo, mas o MAPA se mantém firme em seu posicionamento, por
270 isso é importante uma mobilização política do estado, através do Cedraf e da SEAB. Ressalta que
271 não é contra a produção de mudas, mas é necessário construir um processo que permita as
272 condições para tal. A produção de mudas é uma atividade especializada e se mostra como uma
273 oportunidade para o Paraná, uma vez que vem muita muda de outros estados. Em relação ao banco
274 de germoplasma no IDR-Paraná informa que o instituto está aberto para discutir sobre a seleção de
275 sementes mais adequadas para o manejo orgânico. **Bernardo** é de opinião que se deve aprofundar o

276 debate sobre o tema, pois muitas sementes originárias dos antepassados não poderão ser usadas
277 porque não estão certificadas. Questiona se a legislação não está beneficiando as empresas que já
278 produzem sementes e se os agricultores não permanecerão dependentes delas. **Richardson**
279 manifesta que se trata de um assunto importante e que junto com o CEDRAF e o apoio técnico do
280 IDR-Paraná, a SEAB irá assumir uma posição em defesa dos agricultores orgânicos visando
281 solucionar esta problemática. **Marcelo** reforça a necessidade de uma ação mais direta da SEAB
282 junto ao MAPA para revisão da portaria e sugere o encaminhamento para a Câmara de Agroecologia
283 aprofundar o debate e apresentar proposta com mais detalhamento de ações. **Item 8 – Informes do**
284 **Secretário da Agricultura e do Abastecimento e Presidente do CEDRAF Norberto** relata sobre o
285 desempenho da safra de milho safrinha, trigo e carnes, contextualizando aspectos relacionados ao
286 clima, custo de produção, expectativas de produção e de mercado. Menciona a ameaça da Influenza
287 Aviária que está rondando pela América do Sul, informando que o Estado está fazendo um trabalho
288 intenso de vigilância, mobilização dos criadores, coletas de materiais para exames e monitoramento.
289 Em conjunto com a Organização Mundial de Saúde e ao MAPA estão atentos para definir as
290 estratégias necessárias a fim de não perder mercado caso venha a ocorrer a doença no país. A
291 suinocultura continua em crescimento, em dezembro ocorrerá a inauguração de um grande frigorífico,
292 com a possibilidade de ingresso em novos mercados. Relata que foram e estão sendo realizadas
293 várias missões comerciais do Paraná a outros países, como Japão, Coreia, China, Rússia, Chile,
294 México, Canadá, entre outros, com a possibilidade de ampliação de mercado. Informa que mais uma
295 região importante do Brasil, compreendida pelos Estados de ES, MG, MT, MS, DF, GO e TO, deixou
296 de vacinar, para obter a declaração de área livre de febre aftosa, nos próximos dois anos. Neste
297 momento o setor de leite e derivados está recebendo grandes investimentos fruto de uma
298 intercooperação. Cita várias políticas e programas que estão em estudo para renovação ou
299 implantação como a de energia renovável, de irrigação, recomposição do Fundo de Aval para
300 investimento, agroindústria com ampliação do número de municípios aderentes ao SUSAF, entre
301 outras e que será lançado edital para o COOPERA Paraná e Compra Direta. **Item 9 – Assuntos**
302 **Gerais:** A Secretária do CEDRAF, Miriam, informa que com o fim da pandemia as reuniões do
303 conselho voltarão a ser presenciais, mas que alguns conselheiros indicaram o interesse em manter
304 por web. Coloca para apreciação da plenária qual a modalidade que deve ser usada, de forma a
305 propiciar a participação da maioria. **Bernardo** manifesta preferência por reuniões presenciais e
306 demanda ajuda de custo para dar condições de participação. **Luiz Carlos** também se pronuncia
307 favoravelmente as reuniões presenciais dando preferência para articular as reuniões do CEDRAF
308 com outras atividades. Sugere que as reuniões não sejam somente em Curitiba, mas que sejam
309 itinerantes. **Richardson** informa que para ressarcir as despesas dos conselheiros necessita haver
310 respaldo legal e que está em discussão uma reformulação no regimento do CEDRAF para incluir esta
311 demanda dos membros da sociedade civil. Como encaminhamento ficou definido que as reuniões
312 serão presenciais. **Item 10 – Encerramento:** Sem mais nada a declarar **Richardson de Souza**,
313 representando o Presidente do CEDRAF encerrou a reunião agradecendo a presença dos
314 conselheiros e demais participantes. Eu Miriam Fuckner, Secretária Executiva, redigi a presente ata
315 que deverá passar por análise, correção e aprovação dos conselheiros e após será assinada por mim
316 e pelo Presidente do CEDRAF.

317
318 Miriam Fuckner
319 Secretária Executiva


Norberto Anacleto Ortigara
Presidente do CEDRAF